Nome: **Sala:**

Documento de identidade:

Inscrição: Sequência:

Local de prova:

PREFEITURA DE
ALEXÂNIA

CONCURSO PÚBLICO - NÍVEL SUPERIOR

101: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Provas Objetivas e Discursivas

Instruções **MANHÃ**

- **Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo.**
- **Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 120 (cento e vinte) itens, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.**

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

"A sabedoria é a coisa principal"

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização das provas. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva **folha de texto definitivo**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início da prova, você poderá entregar sua **folha de respostas**, sua **folha de texto definitivo** e este caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização da prova.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar a prova, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** e sua **folha de texto definitivo** devidamente assinadas e deixe o local de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **folha de respostas** ou na **folha de texto definitivo** poderá implicar a anulação das suas provas.

- **Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.**
- **É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.**

Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest

Instituto ibest

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.
A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

O termo negacionismo é geralmente utilizado para se referir a contestações de consensos científicos a partir de argumentos pouco embasados.

De fato, a ciência não é construída a partir de verdades absolutas. Karl Popper, um dos mais influentes filósofos da ciência do século XX, estabelece a falseabilidade como característica fundamental dessa forma de conhecimento. Isso significa que uma teoria só pode ser considerada científica se existir a possibilidade de ela ser provada falsa quando submetida a testes. Para contestar uma tese bem estabelecida cientificamente, é necessário criar teorias que expliquem a realidade melhor do que as atuais. Para tanto, deve-se utilizar o chamado método científico.

Uma característica do negacionista é justamente não utilizar bem esse método, lançando mão de dados pouco consistentes para defender suas teorias, alguns dos quais não podem ser sequer testados e demonstrados.

Quando se aponta essa fragilidade, os negacionistas costumam recorrer à estratégia de desacreditar os cientistas, acusando-os de possuir interesses escusos ou de defender determinada agenda política.

Diferentemente de negacionismos como o terraplanismo, que em geral é quase inofensivo, o negacionismo climático pode ter consequências graves.

Caso nada seja feito em relação à emergência climática, fenômenos como o aumento do nível dos oceanos e a maior frequência de eventos climáticos extremos (ondas de calor intenso, chuvas bem acima da média etc.) causarão fortes impactos sobre a humanidade em relativamente pouco tempo.

Ricardo Grandi Bianco. Internet: politize.com.br (com adaptações).

Julgue os itens de **1** a **12**, em relação às ideias do texto.

1 De acordo com o texto, ainda que bem embasada cientificamente, uma teoria pode ser refutada por outra tese científica.

2 Entende-se da leitura do texto que os negacionistas não se preocupam com a consistência dos dados que utilizam para defender suas teses contra teorias científicas.

3 Conforme exposto no texto, a adesão dos cientistas a determinado posicionamento político é um dos motivos do descrédito à ciência.

4 Infere-se da leitura do texto que o negacionismo climático constitui um empecilho para a tomada de providências imediatas em relação à crise climática.

5 No quarto parágrafo do texto, a expressão “essa fragilidade” (linha 10) é empregada em referência à característica mencionada, no parágrafo anterior, a respeito do negacionista.

6 No segundo período do segundo parágrafo do texto, a oração introduzida pelo vocábulo “se” (linha 5) expressa uma circunstância de condição em relação à oração anterior, à qual se subordina.

7 Estaria mantido o sentido original do texto caso o elemento de coesão “Para tanto” (linha 7) fosse substituído por Portanto.

8 O vocábulo “sequer” (linha 9), na oração em que se insere, tem o mesmo sentido de senão.

9 Na linha 11, a palavra “escusos”, empregada como atributo do termo “interesses”, poderia ser substituída, sem prejuízo da coerência das ideias do texto, pelo vocábulo **suspeitos**.

10 Dadas as relações sintático-semânticas do último período do segundo parágrafo, é correto afirmar que, após o vocábulo “as”, no trecho “melhor do que as atuais” (linha 7), está subentendido o termo realidades.

11 Os vocábulos “bem” (linha 6) e “pouco” (linha 8) classificam-se gramaticalmente como advérbios e expressam circunstância de intensidade.

12 Estaria mantida a correção gramatical do texto, mas não o seu sentido original, caso fosse inserida uma vírgula após a forma verbal “significa” (linha 5).

Julgue os itens **13** e **14**, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

13 Informamos que cumprido as formalidades necessárias, o processo será encaminhado a apreciação da Comissão Técnica, a qual cabe a emissão de parecer.

14 Esclarecendo a propósito, que a capacitação dos servidores será feita a distância, via Internet, fora do horário de trabalho, e os módulos de aprendizagem e avaliação estarão disponíveis no ambiente virtual.

Julgue os itens de **15** a **18** que versam acerca do sistema operacional Windows 8, do programa Microsoft Excel 2016 e dos conceitos de redes de computadores.

15 Após a instalação do Windows 8, por padrão, ele insere na tela inicial atalhos para programas e serviços.

16 O Windows 8 não permite executar (reproduzir) arquivos de música no formato mp3.

17 No Excel 2016, a função "PROCV" é usada para calcular a média aritmética de um intervalo de células em uma planilha.

18 Em redes de computadores, o cabeamento estruturado tem como objetivo manter a rede física organizada e padronizada, seja nas empresas ou nas residências, com o uso de conectores e cabos.

Julgue os itens de **19** a **22** quanto ao programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais atual, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e aos procedimentos de segurança da informação.

19 No Firefox, o recurso Sync tem como função principal otimizar o navegador, eliminando o cache e os cookies temporários automaticamente a cada sessão.

20 Um arquivo se constitui de seu próprio conteúdo e de atributos, os quais não variam independentemente do sistema de arquivos utilizado.

21 Um procedimento de segurança da informação que pode ser adotado em um órgão para bloquear o tráfego não autorizado na rede é implementar firewalls.

22 Uma das violações da segurança da informação, a qual facilita o acesso não autorizado a sistemas e dados confidenciais de uma organização, é realizar o compartilhamento irrestrito de senhas.

Dado que a proposição “Se a vaca malhada foi para o mato, então o rato roeu a roupa do rei de Roma” é verdadeira, julgue os itens de **23** a **26**.

23 As proposições “A vaca malhada foi para o mato” e o “Rato roeu a roupa do rei de Roma” são necessariamente verdadeiras.

24 A proposição “A vaca malhada não foi para o mato ou o rato roeu a roupa do rei de Roma” é necessariamente verdadeira.

25 A negação da proposição “Se a vaca malhada foi para o mato, então o rato roeu a roupa do rei de Roma” é “A vaca é malhada, foi para o mato, e o rato não roeu a roupa do rei de Roma”.

26 A proposição "Se a vaca malhada foi para o mato, então o rato roeu a roupa do rei de Roma" é logicamente equivalente à proposição “Se o rato não roeu a roupa do rei de Roma, então a vaca malhada não foi para o mato.”

Em uma festa de Halloween, todas as mulheres estão fantasiadas de bruxas. Algumas delas usam chapéus de bruxa, enquanto outras carregam vassouras de bruxa. Com base nas mulheres presentes na festa, constatamos o seguinte:

- 75% estão usando chapéus de bruxa.
- 45% estão carregando vassouras de bruxa.
- 8 mulheres estão fazendo ambas as coisas, ou seja, usando chapéus de bruxa e carregando vassouras de bruxa.

Com base nessas informações, julgue os itens **27** a **30**.

27 Há mais de 50 mulheres nessa festa.

28 Ao selecionar uma mulher dessa festa ao acaso, a probabilidade de ela estar usando um chapéu de bruxa e carregando uma vassoura de bruxa é de 15%.

29 O número de divisores inteiros do número de mulheres que usam apenas chapéu de bruxa nessa festa é igual a 8.

30 O menor múltiplo comum entre o número de mulheres que usam chapéu de bruxa e o número de mulheres que usam vassoura de bruxa nessa festa é igual a 110.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A respeito de ética e de moral, julgue os itens **31** e **32**.

31 A moral se insere no espectro teórico, configurando-se como uma reflexão mais abstrata sobre os conceitos fundamentais que norteiam o comportamento humano.

32 O simples cumprimento da lei não garante automaticamente a adoção de uma postura ética por parte das pessoas.

Julgue os itens de **33** a **35** acerca de ética e função pública, ética no setor público.

33 A moralidade concentra-se na diferenciação entre o que é considerado correto e incorreto.

34 A consolidação da moralidade no ato administrativo do servidor público reside no equilíbrio entre a legalidade e a finalidade.

35 Quando um agente público, no desempenho de suas funções, deixa um cidadão à espera de uma solução, configura-se um dano moral para o usuário dos serviços públicos.

Acerca de improbidade administrativa nos termos da Lei n.° 8.429/1992 e suas alterações, julgue os itens de **36** a **40**.

36 O agente público que obstrui a legalidade de um processo licitatório ou de seleção para parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou os dispensa indevidamente, comete ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

37 A conduta de um agente público que autoriza a utilização, em obra ou serviço particular, de veículos, máquinas, equipamentos ou materiais de qualquer natureza, configura um ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito.

38 A caracterização da improbidade administrativa por enriquecimento ilícito demanda a comprovação do dolo específico do agente infrator, não sendo admitida uma forma culposa.

39 O servidor público que, de maneira direta ou indireta, recebe vantagem econômica em virtude de omissão no cumprimento de suas atribuições como agente público incorre em ato de improbidade administrativa.

40 Caracteriza-se como ato de improbidade administrativa, atentando contra os princípios da Administração Pública, toda ação ou omissão, seja dolosa ou culposa, que transgrida os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Um exemplo dessa transgressão inclui a negação de publicidade aos atos oficiais.

Com base na Lei n° 12.527/2011 e suas alterações, julgue os itens de **41** a **45**.

41 Estabelecer sigilo em informações com o intuito de obter benefício pessoal ou em favor de terceiros representa uma conduta ilícita que implica na responsabilização do agente público ou militar.

42 O Ministério Público divulga informações de interesse coletivo por ele produzidas somente mediante requerimento formal de qualquer cidadão.

43 Todos os municípios brasileiros têm a obrigação de disponibilizar na Internet informações sobre sua estrutura organizacional, incluindo endereços e telefones das unidades, assim como os horários de atendimento ao público.

44 A realização de audiências ou consultas públicas constitui uma maneira de garantir o acesso às informações.

45 Quando se referir ao acesso à informação contida em um documento cuja manipulação possa comprometer sua integridade, a opção de consulta por meio de cópia deverá ser disponibilizada, acompanhada de certificação que ateste a conformidade desta com o original.

De acordo com a Lei Orgânica do município de Alexânia, julgue os itens de **46** a **53**.

46 Compete privativamente ao município de Alexânia manter programas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio sem interferência técnica ou financeira da União ou do Estado.

47 É competência privativa do município de Alexânia proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e à tecnologia.

48 O município de Alexânia tem a responsabilidade de complementar a legislação federal e estadual, na medida do possível, de acordo com seus interesses específicos. O objetivo é ajustar essas normativas à realidade local.

49 Compete ao município de Alexânia autorizar a realização de cultos religiosos ou a fundação de igrejas, subsidiá-los, interferir em seu funcionamento ou estabelecer relações de dependência ou aliança com eles ou seus representantes.

50 É vedado ao município de Alexânia efetuar a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro e antes de transcorridos noventa dias a partir da data de publicação da lei que os instituiu ou promoveu seu aumento.

51 A Lei Orgânica do município de Alexânia define plebiscito ou referendo como consultas dirigidas à Câmara Municipal para que ela delibere sobre assuntos de notável importância, de cunho legislativo ou judiciário.

52 A proposição de projeto de lei referente à criação, incorporação, fusão ou desmembramento de distrito poderá ser originada pelo Prefeito de Alexânia ou por qualquer vereador da cidade.

53 É proibida a delegação recíproca de atribuições entre os Poderes Municipais, exceto nos casos expressamente previstos nesta Lei Orgânica.

Com relação ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Alexânia/GO, julgue os itens de **54** a **60**.

54 O servidor público efetivo é aquela pessoa legalmente investida em cargo público, independente da forma de provimento.

55 A readaptação é a modalidade de provimento que possibilita, mediante o cumprimento dos requisitos legais, o retorno à atividade de um servidor aposentado, seja no interesse da administração ou devido à ausência de fundamentos que justificaram a aposentadoria por invalidez.

56 A exoneração resulta na vacância do cargo público e pode ocorrer por solicitação do servidor ou de ofício.

57 A licença por motivo de doença em pessoa da família, incluindo as prorrogações, poderá ser concedida a cada intervalo de doze meses, por um período de até trinta dias, de forma consecutiva ou não, com direito ao vencimento.

58 O registro da penalidade de advertência será cancelado após o cumprimento de cinco anos de efetivo exercício no cargo público, independentemente de o servidor público ter cometido nova infração disciplinar durante esse período.

59 Determinado servidor público ausentou-se do serviço, sem justificativa, por um total de trinta dias, de forma intercalada, ao longo de doze meses. Essa condição caracteriza abandono de cargo público.

60 No caso de investigação de abandono de cargo público ou inassiduidade habitual, é necessário instaurar um processo administrativo disciplinar por meio do procedimento sumário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nas normas e nos princípios gerais do direito tributário, julgue os itens de **61** a **64**.

61 Pelo princípio da *Pecunia non olet*, o Estado não poderá cobrar tributo sobre a renda proveniente de atividade ilícita.

62 A competência tributária é característica que se relaciona à figura do sujeito ativo, que é o titular da competência para cobrar o tributo, enquanto a capacidade se relaciona com o sujeito passivo, contribuinte ou responsável tributário.

63 Apenas a União poderá criar novos impostos, para além do rol constitucional que expressamente lhe compete.

64 Tanto a União quanto os Estados e Municípios podem instituir contribuições de melhoria, uma vez observada a valorização de imóvel privado em razão de obra pública.

Em julho de 2023, um determinado município promulgou Lei que estabeleceu aumento de alíquota de tributo de sua competência.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **65** a **68**.

65 O aumento instituído pelo município pode ter eficácia em 90 (noventa) dias se relativo ao IPI, uma vez que se trata de tributo sujeito, apenas, à noventena.

66 Se relativa ao ITBI, a majoração em questão precisará de mais de 90 (noventa) dias para produzir efeitos práticos.

67 A legislação não poderá impactar o mercado local de encomenda de *softwares*, na medida em que, enquanto mercadorias, são tributados pelo ICMS.

68 A Lei em questão não pode ter previsto aumento de alíquota para o ITR, pois, embora o produto de sua arrecadação pertença total ou parcialmente ao ente municipal, sua competência é federal.

Um contribuinte exerce com habitualidade a atividade de alfaiate. O sucesso de seu trabalho lhe faz receber elevada remuneração mensal, que não costuma ser integralmente declarada para o fisco municipal. A ocorrência de evasão é recorrente e o contribuinte já tem diversos débitos em aberto.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens de **69** a **72**.

69 Ainda que a receita recebida pelo alfaiate esteja dentro dos padrões das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, a existência de débitos tributários em aberto (exigíveis) impossibilita seu ingresso no Simples Nacional.

70 O fisco municipal pode, observado o prazo decadencial de 5 (cinco) anos contados da ocorrência do fato gerador, realizar o lançamento do crédito tributário de ISS referente à parcela dos valores recebidos a título de prestação de serviços não declarados pelo alfaiate.

71 Uma vez constituído o crédito tributário, é facultado ao contribuinte parcelar a dívida, o que lhe garantirá a extinção do crédito uma vez que iniciados os pagamentos.

72 Caso o alfaiate não pague o valor devido, a responsabilidade solidária pelo pagamento dos tributos será dos contratantes de seus serviços.

A respeito do processo tributário, julgue os itens de **73** a **76**.

73 Uma vez ajuizada a execução fiscal, não mais subsiste qualquer risco de prescrição, enquanto extinção da pretensão fazendária.

74 O ajuizamento de medida cautelar fiscal é prerrogativa do órgão fazendário, cabível nas hipóteses em que o devedor ingresse com ação antiexacional capaz de dificultar o recebimento do crédito tributário.

75 A ação declatória e a anulatória, ainda que compartilhem do mesmo objetivo de afastar o crédito tributário, se destinam a momentos processuais diversos, quais sejam o momento anterior e o posterior ao lançamento, respectivamente.

76 A defesa do contribuinte pode ser realizada nos próprios autos da execução fiscal, mediante a oposição de exceção de pré-executividade, apta a suscitar questões de ordem pública, à exemplo da nulidade da Certidão de Dívida Ativa por ausência de fundamento legal.

Uma empresa do setor rodoviário, concessionária de serviço público, tem grande volume de dívidas não pagas, o que fez com que se passasse a considerar a recuperação judicial da empresa.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **77** a **80**.

77 A empresa, enquanto concessionária de serviço público, não terá dívidas tributárias, na medida em que usufrui da imunidade recíproca.

78 O município exigirá a cobrança de pedágio, consistente em taxa dotada de efeito extrafiscal, na medida em que se volta mais a coibir a intensificação do tráfego, pelo aumento dos meios de transporte individuais, do que a concretizar objetivos arrecadatórios.

79 A extinção ou suspensão dos débitos tributários é condição para o deferimento da recuperação judicial da empresa, em razão da necessidade de apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa.

80 Em caso de falência, os créditos tributários têm, por regra, prioridade para pagamento, após os relacionados na legislação trabalhista, relativos à acidentes de trabalho e os gravados com direitos reais.

Em relação ao orçamento público – conceito, técnicas, princípios, ciclo e processo orçamentário –, julgue os itens de **81** a **86**.

81 O orçamento moderno, em contraposição ao orçamento tradicional, reforça a importância do seu aspecto econômico como instrumento de política fiscal do governo.

82 De acordo com o princípio da especialização, a lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa para o próximo exercício.

83 O princípio orçamentário do equilíbrio, do ponto de vista material, conforme adotado pela Constituição Federal de 1988, desconsidera a origem das receitas e das despesas do orçamento público, bastando a igualdade entre os seus montantes para ser atendido.

84 Segundo a técnica do orçamento base-zero, as ações de um programa governamental constituiriam unidades de decisão, cujas necessidades de recursos seriam avaliadas em pacotes de decisão, que devem ser analisados e ordenados.

85 No ciclo orçamentário, a etapa de elaboração diz respeito à preparação do projeto de lei orçamentária, cuja atribuição compete apenas ao Poder Executivo, sem a participação dos outros poderes.

86 Em âmbito federal, a apreciação dos projetos de leis orçamentárias e dos créditos adicionais será feita pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, após apreciação por comissão mista permanente.

Quanto ao orçamento público no Brasil — sistema de planejamento e de orçamento federal, plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, sistema e processo de orçamentação, classificações orçamentárias, estrutura programática, e créditos ordinários e adicionais —, julgue os itens de **87** a **90**.

87 A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

88 A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política tributária e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, disporá sobre as alterações na legislação fiscal e estabelecerá a política de amortização das agências financeiras oficiais de fomento.

89 Na estrutura programática, a atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo temporário, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção e ao aperfeiçoamento da ação de Governo.

90 A lei orçamentária anual, desde sua publicação, discrimina em seu conteúdo, de forma específica, os créditos ordinários e suplementares, com os seus montantes autorizados.

Em relação à receita pública, julgue os itens de **91** a **93**.

91 As receitas orçamentárias compreendem as receitas que pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, e lhe aumentam o saldo financeiro, e não se confundem com os recursos em que o Estado é mero depositário, e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

92 As receitas de capital são receitas que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, sem causar efeito sobre o seu patrimônio líquido.

93 A etapa de arrecadação da receita se traduz na entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente, com a posterior transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

No que diz respeito à despesa pública, julgue os itens de **94** a **97**.

94 Na classificação funcional da despesa, a matricialidade permite que subfunções possam ser combinadas a funções diferentes daquelas as quais estão diretamente relacionadas.

95 Segundo a Lei nº 4.320/1964, as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação importe aumento do capital; e a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos sem caráter comercial ou financeiro são denominadas inversões financeiras.

96 Quando não for possível determinar previamente o montante a ser pago de uma despesa pública, tal como uma despesa com água ou energia elétrica, deverá ser realizado o empenho por estimativa.

97 Os restos a pagar são despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como as despesas de exercícios anteriores com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, que poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Quanto à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), julgue os itens de **98** a **100**.

98 O Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá avaliação da situação financeira e atuarial do regime de previdência social próprio dos servidores públicos de cada ente, bem como dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

99 Na esfera municipal, as despesas com pessoal não poderão exceder a 60% da receita corrente líquida em cada período de apuração, sendo que desse percentual, 54% corresponde a parte do Poder Executivo.

100 O ente federativo que desejar fazer uma transferência voluntária para outro deverá comprovar que o beneficiário que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos, e que cumpra os limites constitucionais relativos a educação e saúde, mas não é necessária a previsão orçamentária de contrapartida.

Julgue os itens de **101** a **120** acerca de Noções de Administração e Gestão Fiscal

101 Com o objetivo de reduzir as desigualdades na distribuição de renda de um país, os governos atuam duplamente, na captação e aplicação de recursos públicos: aumentando a progressividade do sistema tributário e ampliando as transferências com a prestação de serviços gratuitos ou subsidiados.

102 Mercados perfeitamente competitivos são incomuns, o que justifica a intervenção do governo. Nos casos de informação assimétrica, como, por exemplo, nas relações entre produtores e consumidores, as falhas de mercado podem ser minimizadas principalmente por via de legislação e fiscalização.

103 O sistema tributário instituído pela Constituição de 1988 propiciou uma maior concentração de competências e centralização de recursos, em detrimento da autonomia dos entes federativos, compensada pelas transferências intergovernamentais.

104 Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com os planos nacionais, têm, entre outras funções, reduzir as desigualdades inter-regionais e interpessoais, segundo critério da renda per capita.

105 O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual (PPA). Contempla as despesas de capital - especialmente investimentos - e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. Com elaboração, apreciação e votação no primeiro ano de mandato do presidente, com ele se compatibilizam os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

106 A LDO que dispôs sobre a lei orçamentária para 2023 definiu execução orçamentária como o empenho e a liquidação da despesa ainda não inscrita em restos a pagar, e execução financeira como o pagamento da despesa e sua inscrição em restos a pagar.

107 A própria lei orçamentária usualmente autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até determinados limites e sob certas condições, tanto mediante compensação, como com acréscimo de valor.

108 A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, como no caso de a União, os Estados e os Municípios incumbirem reciprocamente seus funcionários da execução dessas leis e serviços, atos e decisões das suas autoridades.

109 Os entes federativos Têm que atender a pelo menos três princípios constitucionais para a cobrança de tributos: legalidade, anualidade e noventena.

110 O imposto sobre a propriedade territorial rural é de competência da União, cabendo 50% aos Municípios em relação aos imóveis neles situados, incondicionalmente, ou 100% quando optarem por fiscalizá-lo e cobrá-lo, com o compromisso de não redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

111 A estrutura tributária dos Municípios brasileiros, no tocante à sua competência própria, é diversificada, pois compreende impostos sobre estoques e fluxos, sobre propriedade e consumo. O maior potencial de progressividade se refere à propriedade, em que é facultado adotar como parâmetros o valor, a localização, o uso e o tempo.

112 Um dos desafios que envolvem a questão do federalismo no Brasil envolve, por um lado o equilíbrio entre recursos e encargos dos diversos entes e, de outro, as suas responsabilidades exclusivas ou compartilhadas. Neste sentido, recomenda-se a absorção plena, por parte da União, dos programas de educação infantil, ensino fundamental e dos serviços de atendimento à saúde da população.

113 Os Conselhos Municipais são órgãos colegiados de deliberação coletiva, que têm a finalidade de auxiliar as ações e o planejamento das políticas a serem implementadas nas áreas de sua competência. Têm composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada.

114 A fiscalização dos recursos públicos é exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder, mas o contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante requerimento escrito e por ele assinado, perante a Câmara Municipal.

115 A educação fiscal se assenta na premissa de que os cidadãos devem ter conhecimento intrínseco da natureza dos tributos e capacidade técnica para exercerem a fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

116 A Lei de Responsabilidade Fiscal teve, como um de seus pilares, o estabelecimento de compensações para o aumento permanente de despesa. A origem dos recursos, a preservação das metas e a estimativa do impacto durante o restante de cada mandato do Executivo são cruciais. Ultrapassado esse período, a despesa será considerada como de caráter continuado.

117 A renúncia de receitas merece hoje, por parte dos órgãos de controle, uma atenção similar à da realização de despesas. Nesse sentido, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

118 Em nome da transparência da gestão fiscal obriga todos os entes da Administração a disponibilizarem a qualquer pessoa informações sobre o lançamento e a arrecadação de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

119 Entre os dispositivos vetados no projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, destaca-se o que previa o estabelecimento de limite referencial para as despesas com juros, que era fixado em percentual da dívida pública consolidada.

120 O limite das despesas de pessoal para os Municípios é de 60% da receita corrente líquida, distribuindo-se, no caso de Alexânia, em 54% para o Executivo e 6% para a Câmara Municipal, podendo compensar-se esses percentuais por Poder, desde que respeitado o limite global.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Segundo dados da plataforma gov.br, dos quase 4.500 serviços públicos digitais oferecidos pela administração pública para cidadãos e empresas, cerca de 4.000 já possuem trâmite totalmente digital e podem ser acessados pelo computador ou por smartphones. A economia anual estimada com esses processos é de R$ 4,6 bilhões nos últimos três anos e meio. Esse resultado parece indicar que as tecnologias digitais trazem maior eficiência e qualidade à atuação do setor público, o que atende à demanda dos cidadãos por um governo que seja acessível, simples e rápido. O crescimento da demanda acelerou a oferta de serviços digitais em todas as regiões do Brasil e nas três esferas de governo.

Internet: republica.org (com adaptações).

A transformação digital vai além da simples digitalização de serviços e processos; exige uma contínua mudança cultural, organizacional e operacional dos serviços públicos em resposta às necessidades da população. Isso significa que os recursos humanos devem estar no centro da digitalização, desde o desenho das soluções até a prestação do serviço, garantindo sempre a equidade de acesso. Para que isso ocorra, as pessoas que atuam dentro dos serviços públicos são fundamentais, desde as que integram a equipe de transformação digital que gere esse processo, até uma equipe que promova a utilização diária de ferramentas digitais.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Internet: iadb.org (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Serviço público na era digital

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) plataformas digitais de comunicação com o público; **[3 pontos]**
b) oferta de serviços digitais, relacionados a direitos, saúde, educação e segurança pública; **[3 pontos]**
c) impactos positivos dos serviços digitais na sociedade. **[3 pontos]**

RASCUNHO PARA A PROVA DISCURSIVA	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Instituto ibest

ACOMPANHE O IBEST NAS REDES SOCIAIS

institutoibest

institutoibest

institutoibest